

4) O superintendente de uma repartição administrativa, logo após sua assunção ao cargo, dispensa os servidores comissionados do órgão, divulgando em informativo interno que a gestão atual zelaria pela economia de recursos. Passado um mês, esse superintendente nomeia filha, esposa e primos para assessorar a si e a seus subordinados do quadro efetivo. Analise as repercussões cíveis e administrativas da conduta.

## **ANÁLISE DA RESPOSTA**

**Servidores comissionados, ao contrário dos efetivos, são exoneráveis Ad nutum, cuidando-se de ato discricionário do administrador mantê-los ou exoneráveis. No entanto, mesmo para os atos discricionários, os elementos vinculados são controláveis através da idoneidade dos motivos. O Ato discricionário, a exemplo da exoneração ad nutum, não precisaria ser motivado, pressupondo-se o interesse público nesse desdobramento. Contudo, a validade do ato administrativo está vinculada à existência e à veracidade dos motivos apontados explicitamente ou inferidos cabalmente como fundamentos para a sua adoção**

**Nesse caso em especial, fica explícito que a razão da demissão dos servidores comissionados foi a necessidade de propiciar a existência de vagas ociosas para nomeação de parentes do gestor. Assim sendo, tanto o ato administrativo de exoneração quanto a nomeação dos parentes serão anuláveis.**

**Ainda do ponto de vista da responsabilidade civil-punitiva, a nomeação de parentes, familiarmente conhecida como nepotismo, atenta contra o princípio republicano da impessoalidade e torna o gestor incurso nas penas do inciso XI do art 11 da Lei de improbidade Adm (Lei 8.429/92, na redação atual), atentando contra a impessoalidade e violando princípios da administração. As penas, previstas no art. 12, III, desta lei, incluem multa de até 24 vezes o salário, proibição de contratar com administração e receber benefícios ou créditos da administração por até 4 anos.**

**Sugere-se pontuar o candidato que falar sobre a responsabilidade disciplinar, embora não seja esse o foco, vez que a tipicidade disciplinar dependerá sempre da legislação específica. Sugere-se pontuar o candidato que fale sobre a teoria dos atos administrativos e seus elementos constitutivos, ou distinguir atos discricionários de atos vinculados.**